

Comissão de Finanças e Orçamento
Resumo dos Projetos na Pauta da 9ª Reunião Ordinária de 2015

Data da Reunião: 22/04/2015 - Horário: 11:00 horas
Local: Auditório Prestes Maia - 1º andar

Projetos para Votação em Plenário

1) PL 400/2002	Ver. CALVO (PMDB)	Votação			
"ALTERA NORMAS DE USO E OCUPAÇÃO DO SOLO NA RUA AVARÉ - DISTRITO DA CONSOLAÇÃO." Relator: Ver. ADILSON AMADEU (PTB) Parecer: FAVORÁVEL AO SUBSTITUTIVO DA COMISSÃO DE JUSTIÇA			Favor	Contra	Abst.
		Ver. ABOU ANNI (PV)	-	-	-
		Ver. ADILSON AMADEU (PTB)	-	-	-
		Ver. AURELIO NOMURA (PSDB)	-	-	-
		Ver. JAIR TATTO (PT)	-	-	-
		Ver. JOSÉ POLICE NETO (PSD)	-	-	-
		Ver. MILTON LEITE (DEMOCRATAS)	-	-	-
		Ver. OTA (PROS)	-	-	-
		Ver. PAULO FIORILO (PT)	-	-	-
		Ver. RICARDO NUNES (PMDB)	-	-	-

Obs: Vistas ao Ver. Paulo Fiorilo em 03/12/2014 e ao Ver. Jair Tatto em 11/02/2015. Prazo de vistas vencido na Comissão. Adiado por 3 (três) sessões em 11/03/2015 a pedido do Ver. Paulo Fiorilo. Adiado por 2 (duas) sessões em 8/4/2015 a pedido do Ver. Jair Tatto.

ASSUNTO: inclui a Rua Avaré, localizada no Bairro do Pacaembu, Distrito da Consolação, na Lista de Trechos de Logradouros Públicos pertencentes ao Corredor de Uso Especial Z8-CR1-1 (zoneamento passaria de estritamente residencial a uso residencial unifamiliar e algumas atividades de serviços), anexa à Lei 9.411, de 30 de dezembro de 1981, que altera características das zonas de uso Z13, Z17, Z18 e dos corredores de uso especial Z8-CR5 e Z8-CR6; modifica e cria perímetros de zonas de uso; enquadra logradouros como corredores de uso especial, e dá outras providências.

Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa: pela legalidade, com substitutivo que adapta a propositura a melhor técnica de elaboração legislativa (fl. 05, em 20/10/2002).

Comissão de Política Urbana, Metropolitana e Meio Ambiente: realizou duas audiências públicas, em 04-12-02 (fls. 8-16) e 02-04-03 (fls. 21-35), onde foi registrado que o citado logradouro é um corredor para as pessoas que vêm da Praça Charles Miller e se dirigem para a Praça Vilaboim, além de servir de estacionamento para os estudantes da FAAP. Há altíssimo fluxo de tráfego, comprovado por medição. A rua Avaré é a única Z1 da região, dentro de uma zona de corredores, Z2 e Z3. Dos 46 imóveis existentes na rua, 36 aprovam mudança de zoneamento...Mais ou menos 60% das casas estão fechadas para alugar ou vender e a segurança privada da rua teve de ser aumentada, porque estava virando cortiço...(fl. 24)

A Comissão exarou parecer **contrário**, considerando que "a comunidade local teve participação ativa no amplo debate e decisões estabelecidas à época da aprovação da Lei dos Planos Diretores Regionais (...) e (...) decidiu pela manutenção da Rua Avaré na zona de uso exclusivamente residencial, ZER" (fls. 40, em 12/12/2007).

Comissão de Trânsito, Transporte, Atividade Econômica, Turismo, Lazer e Gastronomia: parecer favorável (fl. 41, em 03/04/2008).

Análise do Projeto pela Consultoria Técnica de Economia e Orçamento:

Conforme argumentado no parecer da Comissão de Política Urbana, Metropolitana e Meio Ambiente, "a comunidade local teve participação ativa no amplo debate e decisões estabelecidas à época da aprovação da Lei dos Planos Diretores Regionais", e à luz das discussões do Projeto de Lei da Revisão do Plano Diretor Estratégico (PL 688/2013), não é recomendável a aprovação do presente PL.

Elaboração: Thiago de Carvalho Alves - Consultor Técnico Legislativo - Economista

Revisão: Gilberto Rodrigues Hashimoto - Consultor Técnico Legislativo - Economista

Comissão de Finanças e Orçamento
Resumo dos Projetos na Pauta da 9ª Reunião Ordinária de 2015

Data da Reunião: 22/04/2015 - Horário: 11:00 horas
Local: Auditório Prestes Maia - 1º andar

PARECER Nº DA COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO SOBRE O PROJETO DE LEI Nº 400/2002

O presente projeto de lei, de autoria do nobre Vereador Rubens Calvo, visa incluir a Rua Avaré, localizada no Bairro do Pacaembu, Distrito da Consolação, na Lista de Trechos de Logradouros Públicos pertencentes ao Corredor de Uso Especial Z8-CR1-1 (zoneamento passaria de estritamente residencial a uso residencial unifamiliar e algumas atividades de serviços), anexa à Lei 9.411, de 30 de dezembro de 1981, que altera características das zonas de uso Z13, Z17, Z18 e dos corredores de uso especial Z8-CR5 e Z8-CR6; modifica e cria perímetros de zonas de uso; enquadra logradouros como corredores de uso especial, e dá outras providências.

A douta Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa apresentou substitutivo para adaptar a proposição a melhor técnica de elaboração legislativa.

A Comissão de Política Urbana, Metropolitana e Meio Ambiente exarou parecer contrário, considerando que “a comunidade local teve participação ativa no amplo debate e decisões estabelecidas à época da aprovação da Lei dos Planos Diretores Regionais”.

Quanto ao aspecto financeiro, nada há a opor à proposição, visto que as despesas de sua execução serão cobertas por dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

Favorável, portanto, é o parecer, nos termos do mencionado substitutivo da Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa.

Sala da Comissão de Finanças e Orçamento, em

2) PL 641/2006	Ver. JOSÉ FERREIRA (ZELÃO) (PT)	Votação			
DISPÕE SOBRE TELEFONE PÚBLICO GRATUITO PARA SOLICITAÇÃO DE SERVIÇOS DOS ÓRGÃOS PÚBLICOS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. Relator: Ver. ADILSON AMADEU (PTB) Parecer: FAVORÁVEL AO SUBSTITUTIVO DA COM. DE ADM. PÚBLICA			Favor	Contra	Abst.
		Ver. ABOU ANNI (PV)	.	.	.
		Ver. ADILSON AMADEU (PTB)	.	.	.
		Ver. AURELIO NOMURA (PSDB)	.	.	.
		Ver. JAIR TATTO (PT)	.	.	.
		Ver. JOSÉ POLICE NETO (PSD)	.	.	.
		Ver. MILTON LEITE (DEMOCRATAS)	.	.	.
		Ver. OTA (PROS)	.	.	.
		Ver. PAULO FIORILO (PT)	.	.	.
		Ver. RICARDO NUNES (PMDB)	.	.	.

Obs: Prazo de vistas vencido na Comissão.

ASSUNTO: obriga o Poder Público a disponibilizar telefone público gratuito para solicitação de informação e serviços a serem prestados por órgãos do Poder Executivo, Legislativo e Judiciário aos cidadãos que deles necessitarem.

Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa: pela legalidade (fls. 79 a 81)

Comissão de Administração Pública: apresentou substitutivo, alterando o texto original do artigo 2º, “a fim de tornar claro o sentido do texto” (fls. 82 a 83)

Comissão de Finanças e Orçamento: solicitou informações ao Executivo (fl. 84) com respostas nas fls. 87 a 93.

- “... o Projeto de Lei não deixa claro o objeto da medida a ser instituída. O art. 2º afirma que o Poder Executivo definirá os locais de instalação e funcionamento, mas não esclarece o que seriam os “telefones públicos gratuitos”, tampouco seu funcionamento. O custo atual do telefone 156 – gratuito e de fácil acesso à população – é de aproximadamente R\$ 4 milhões mensais... A PMSP fornece diversos canais de

Comissão de Finanças e Orçamento
Resumo dos Projetos na Pauta da 9ª Reunião Ordinária de 2015

Data da Reunião: 22/04/2015 - Horário: 11:00 horas
Local: Auditório Prestes Maia - 1º andar

atendimento ao munícipe, todos gratuitos: a Central Telefônica 156, as 32 Praças de Atendimento nas Subprefeituras, as Praças da Secretaria Municipal de Finanças, da Secretaria Municipal de Planejamento, Orçamento e Gestão e da Secretaria de Negócios Jurídicos, e o SAC Online (Sistema de Atendimento ao Cidadão), que pode ser acessado através do Portal da Prefeitura.” – Coordenação de Atendimento ao Cidadão e Inovação em Serviços Públicos – SEMPLA (fls. 91);
- “... esta Coordenadoria entende não serem necessários novos canais de atendimento e comunicação com o munícipe, já que estão disponíveis canais telefônicos, presencial e online, gratuitos e amplamente acessíveis.” – idem (fls. 92).

Análise do Projeto pela Consultoria Técnica de Economia e Orçamento:

O projeto implicará aumento de despesa obrigatória de caráter continuado.
Não consta dos autos do processo a(s) estimativa/demonstração/medidas de compensação/premissas e metodologia de cálculo/comprovação exigida(s) pelos artigos 16 e 17 da Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar 101/2000).

Elaboração: Bruno Nunes Medeiro - Consultor Técnico Legislativo - Economista
Revisão: Thiago de Carvalho Alves - Consultor Técnico Legislativo - Economista

PARECER Nº DA COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO SOBRE O PROJETO DE LEI Nº 641/2006

O presente projeto de lei, de autoria do nobre Vereador José Ferreira dos Santos – Zelão –, visa obrigar o Poder Público a disponibilizar telefone público gratuito para solicitação de informação e serviços a serem prestados por órgãos do Poder Executivo, Legislativo e Judiciário aos cidadãos que deles necessitarem.

A douta Comissão Administração Pública apresentou substitutivo em seu parecer, alterando o texto original do artigo 2º, “a fim de tornar claro o sentido do texto”.

Quanto ao aspecto financeiro, nada há a opor à propositura, visto que as despesas de sua execução serão cobertas por dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

Favorável, portanto, é o parecer nos termos do substitutivo apresentado pela Comissão de Administração Pública.

Sala da Comissão de Finanças e Orçamento, em

3) PL 328/2011 Ver. DALTON SILVANO (PV)		Votação			
DISPÕE SOBRE A DESTINAÇÃO DE CASAS POPULARES A EMPREGADOS DA CONSTRUÇÃO CIVIL CONTRATADOS PARA A CONSTRUÇÃO DO ESTÁDIO DE FUTEBOL NA ZONA LESTE DO CORINTHIANS. Relator: Ver. ADILSON AMADEU (PTB) Parecer: FAVORÁVEL AO SUBSTITUTIVO DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO			Favor	Contra	Abst.
		Ver. ABOU ANNI (PV)	-	-	-
		Ver. ADILSON AMADEU (PTB)	-	-	-
		Ver. AURELIO NOMURA (PSDB)	-	-	-
		Ver. JAIR TATTO (PT)	-	-	-
		Ver. JOSÉ POLICE NETO (PSD)	-	-	-
		Ver. MILTON LEITE (DEMOCRATAS)	-	-	-
		Ver. OTA (PROS)	-	-	-
		Ver. PAULO FIORILO (PT)	-	-	-
		Ver. RICARDO NUNES (PMDB)	-	-	-
Obs: Vistas ao Ver. Jair Tatto em 11/02/2015. Prazo de vistas vencido na Comissão. Adiado por 2 (duas) sessões em 11/03/2015 a pedido do Ver. Paulo Fiorilo.					

PENDENTE DE VOTAÇÃO EM TRÊS REUNIÕES

Votaram a favor: Ver. Abou Anni e Ver. Adilson Amadeu

Votaram contra: Ver. Aurélio Nomura, Ver. Jair Tatto e Ver. Ricardo Nunes.

Abstenção: Ver. Paulo Fiorilo.

ASSUNTO: determina a reserva de imóveis construídos pela Prefeitura em projetos habitacionais, sejam eles feitos com recursos próprios ou em parceria com os governos estadual e federal, a trabalhadores da construção civil envolvidos na edificação do estádio de futebol do Corinthians que sediará a abertura da Copa do Mundo de Futebol de 2014. Ainda de acordo com a propositura, são condições necessárias para que os trabalhadores acima referidos tenham prioridade na compra dos imóveis citados: i) ter trabalhado em pelo menos 50% da construção do estádio de futebol, considerando o início e o término da obra; ii) residir em moradia de aluguel no Município de São Paulo ou na Grande São Paulo; iii) ter vindo de outros estados para trabalhar nas obras do estádio. O projeto prescreve ainda que os trabalhadores contemplados terão acesso e assistência da Prefeitura e às linhas de crédito e financiamento disponíveis no mercado.

Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa: pela constitucionalidade e legalidade (fls. 43-45).

Comissão de Política Urbana, Metropolitana e Meio Ambiente: parecer favorável (fls. 46-47).

Comissão de Administração Pública: parecer contrário, uma vez que “o contingente de indivíduos e famílias que se encontram inscritos na fila de espera das unidades habitacionais de interesse social oferecidas pelo poder público municipal é quantitativamente relevante. Mesmo diante da produção oferecida, esta situação pode se deteriorar ainda mais, por exemplo, na ocorrência de situações emergenciais que envolvam remoções de famílias que habitam áreas de risco” (fls. 51-52). Há voto vencido favorável, com substitutivo (fls. 53-54).

Comissão de Educação, Cultura e Esportes: favorável, com substitutivo que destina imóveis construídos pela Prefeitura a todos os operários da construção civil atuantes no âmbito do Município de São Paulo (fls. 55-56).

Comissão de Finanças e Orçamento:

Análise do Projeto pela Consultoria Técnica de Economia e Orçamento:

Interpretando-se a propositura como apenas reservando uma parte das habitações construídas anualmente para os trabalhadores citados, e não alterando o número planejado de habitações a serem construídas, não há impactos financeiros significativos.

Elaboração: Adriano Nunes Borges - Consultor Técnico Legislativo - Economista

Revisão: Regina Eiko Kimachi - Consultor Técnico Legislativo - Economista

PARECER Nº
PROJETO DE LEI Nº 328/2011

DA COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO SOBRE O

O presente projeto de lei, de autoria do nobre Vereador Dalton Silvano, visa determinar a reserva de imóveis construídos pela Prefeitura em projetos habitacionais, sejam eles feitos com recursos próprios ou em parceria com os governos estadual e federal, a trabalhadores da construção civil envolvidos na edificação do estádio de futebol do Corinthians que sediará a abertura da Copa do Mundo de Futebol de 2014. Ainda de acordo com a propositura, são condições necessárias para que os trabalhadores acima referidos tenham prioridade na compra dos imóveis citados: i) ter trabalhado em pelo menos 50% da construção do estádio de futebol, considerando o início e o término da obra; ii) residir em moradia de aluguel no Município de São Paulo ou na Grande São Paulo; iii) ter vindo de outros estados para trabalhar

Comissão de Finanças e Orçamento
Resumo dos Projetos na Pauta da 9ª Reunião Ordinária de 2015

Data da Reunião: 22/04/2015 - Horário: 11:00 horas
Local: Auditório Prestes Maia - 1º andar

nas obras do estádio. O projeto prescreve ainda que os trabalhadores contemplados terão acesso e assistência da Prefeitura e às linhas de crédito e financiamento disponíveis no mercado.

Em seu parecer, a douta Comissão de Educação, Cultura e Esportes apresentou substitutivo estendendo o benefício previsto no projeto de lei a todos os operários da construção civil atuantes no Município de São Paulo.

Quanto ao aspecto financeiro, nada há a opor à propositura, nos termos do substitutivo mencionado, visto que as despesas de sua execução serão cobertas por dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

Favorável, ao substitutivo da Comissão de Educação, Cultura e Esportes, portanto, é o parecer.

Sala da Comissão de Finanças e Orçamento, em

4) PL 85/2012	Ver. LAÉRCIO BENKO (PHS); Ver. NATALINI (PV)	Votação			
ALTERA A LEI 13.701 DE 24 DE DEZEMBRO DE 2003 DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. (REF. A INCIDÊNCIA DE ISS SOBRE PRODUTOS E SERVIÇOS GERADOS PELA INDÚSTRIA GRÁFICA)			Favor	Contra	Abst.
		Ver. ABOU ANNI (PV)	-	-	-
		Ver. ADILSON AMADEU (PTB)	-	-	-
		Ver. AURELIO NOMURA (PSDB)	-	-	-
		Ver. JAIR TATTO (PT)	-	-	-
		Ver. JOSÉ POLICE NETO (PSD)	-	-	-
		Ver. MILTON LEITE (DEMOCRATAS)	-	-	-
		Ver. OTA (PROS)	-	-	-
		Ver. PAULO FIORILO (PT)	-	-	-
		Ver. RICARDO NUNES (PMDB)	-	-	-
Relator: Ver. AURELIO NOMURA (PSDB)					
Parecer: FAVORAVEL COM SUBSTITUTIVO					

Obs: Vistas ao Ver. Jair Tatto em 12/11/2014. Prazo de vistas vencido na Comissão. Adiado por 2 (duas) sessões em 11/03/2015 a pedido do Ver. Paulo Fiorilo. Adiado por 3 (três) sessões em 25/03/2015 a pedido do Ver. Milton Leite.

ASSUNTO: altera a Lei nº 13.701, de 24 de dezembro de 2003, que altera a legislação do ISS – Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza. A propositura objetiva mudar a lista de serviços estabelecida pelo artigo 1º da referida lei (especificamente o item 13.04), excluindo a incidência do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISSQN – sobre a confecção de impressos gráficos destinados a posterior operação de comercialização, ainda que incorporados à outra mercadoria que deva ser objeto de posterior circulação tais como bulas, rótulos, etiquetas, caixas, cartuchos e embalagens, manuais técnicos e de instrução, que ficarão sujeitos ao ICMS. O Artigo 2º da iniciativa faz referência à remissão dos créditos tributários decorrentes da confecção dos impressos gráficos supramencionados.

Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa: solicitou informações ao Executivo (fl. 98) com respostas nas fls. 99 a 109.

O Executivo informou que: “i) que a lista de serviços definida em lei complementar para efeito da incidência de ISS sobre serviços é taxativa e não meramente indicativa, devendo o legislador municipal ater-se aos itens previstos na lista anexa à Lei Complementar nº 116/03 (fl. 102); ii) que não compete ao legislador municipal dirimir conflitos de competência em matéria tributária, matéria de lei complementar (fl. 103); iii) que o impacto anual estimado pela não incidência tributária é de R\$ 37.553.662,47 para 2012, R\$ 41.309.028,71 para 2013 e R\$ 45.439.931,58 para 2014 (fl. 107); iv) que o impacto referente a uma possível remissão aos códigos de serviços citados é de R\$ 249.861.986,96 (fl. 107).

Por fim, a Comissão apresentou substitutivo “para inserir no texto legal dispositivo que possibilite o atendimento ao art. 14, inciso I, da Lei de Responsabilidade Fiscal, segundo o qual deve a proposta estar instruída com demonstração pelo proponente de que a renúncia foi considerada na estimativa de receita

Comissão de Finanças e Orçamento
Resumo dos Projetos na Pauta da 9ª Reunião Ordinária de 2015

Data da Reunião: 22/04/2015 - Horário: 11:00 horas
Local: Auditório Prestes Maia - 1º andar

da lei orçamentária e de que não afetará as metas de resultados fiscais previstas no anexo próprio da lei de diretrizes orçamentárias” (fls. 111 a 117).

Comissão de Administração Pública: apresentou substitutivo, pois considera que “para que se efetive esta isenção ora proposta, entendemos que as empresas contempladas por esta medida deverão oferecer contrapartida, para que façam jus a este benefício.” O substitutivo apresentado prevê que os benefícios fiscais previstos somente se efetivarão, caso as empresas executantes dos serviços descritos ofereçam ou patrocinem cursos profissionalizantes, devidamente registrados ou autorizados pelo Ministério da Educação – MEC (fls. 120 a 123). Esse substitutivo mantém o dispositivo mencionado inserido pela Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa.

Comissão de Trânsito, Transporte, Atividade Econômica, Turismo, Lazer e Gastronomia: parecer favorável ao substitutivo apresentado pela comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa (fls. 124 a 128).

Comissão de Finanças e Orçamento:

Foram realizadas duas audiências públicas (fls. 130/152 – menção do PL a fls. 138/142 – e fls. 153/163 – menção a fls. 154/161). Na primeira audiência pública, o representante da Secretaria de Finanças e Desenvolvimento Econômico do Município afirmou que o projeto é inconstitucional, pois “acaba por aumentar a incidência do imposto e fazendo exceção a esses impressos que seriam destinados à comercialização”. Além disso, visto que o projeto tenta dirimir conflito de competência, “ele deve ser disciplinado pela Lei Complementar”(…)/(…) “portanto, ele estaria duplamente eivado de inconstitucionalidade.”

Análise do Projeto pela Consultoria Técnica de Economia e Orçamento:

O projeto, caso se torne lei, implica renúncia de receita orçamentária. Ressalte-se que há menções na 2ª audiência pública da Comissão *a respeito de elaboração de substitutivo (em especial a fls. 159/161). Tendo em vista recebimento de minuta de substitutivo entregue por representantes da Associação Brasileira da Indústria Gráfica - ABIGRAF e do Sindicato das Indústrias Gráficas no Estado de São Paulo – SINDIGRAF (cartões anexados), segue minuta de relatório com esse texto. Informou a Dra. Nílsea que: - o texto da minuta de substitutivo é o mesmo do PLP 366/2013, projeto aprovado no Senado e que tramita na Câmara dos Deputados, e que tem a concordância da Associação Brasileira das Secretarias de Finanças das Capitais-ABRASF e da Secretaria de Finanças do Município.*

Constam dos autos do processo as estimativas/demonstrações/medidas de compensação/premissas e metodologia de cálculo/comprovação exigidas pelos seguintes dispositivos da Lei de Responsabilidade Fiscal (**sim ou não**):

Art. 14 - A concessão ou ampliação de incentivo ou benefício de natureza tributária da qual decorra renúncia de receita deverá estar acompanhada de **estimativa** do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que deva iniciar sua vigência e nos dois seguintes, atender ao disposto na lei de diretrizes orçamentárias e a pelo menos uma das seguintes condições:

☐ **sim** ☒ **não**

I - **demonstração** pelo proponente de que a renúncia foi considerada na estimativa de receita da lei orçamentária, na forma do art. 12, e de que não afetará as metas de resultados fiscais previstas no anexo próprio da lei de diretrizes orçamentárias;

II - estar acompanhada de **medidas de compensação**, no período mencionado no *caput*, por meio do aumento de receita, proveniente da elevação de alíquotas, ampliação da base de cálculo, majoração ou criação de tributo ou contribuição.

☐ **sim** ☒ **não**

Elaboração: Bruno Nunes Medeiro Consultor Técnico Legislativo - Economista

Revisão: Adriano Nunes Borges - Consultor Técnico Legislativo - Economista

PARECER Nº
PROJETO DE LEI Nº 85/2012

DA COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO SOBRE O

O presente projeto de lei, de autoria dos nobres Vereadores Laércio Benko e Gilberto Natalini, visa alterar a Lei 13.701, de 24 de dezembro de 2003, que altera a legislação do ISS – Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza.

A propositura objetiva mudar a lista de serviços estabelecida pelo artigo 1º da referida lei (especificamente o item 13.04), excluindo a incidência do ISS sobre a confecção de impressos gráficos destinados a posterior operação de comercialização, ainda que incorporados a outra mercadoria que deva ser objeto de posterior circulação, tais como: bulas, rótulos, etiquetas, caixas, cartuchos e embalagens, manuais técnicos e de instrução, que ficarão sujeitos ao ICMS. O artigo 2º da iniciativa faz referência à remissão dos créditos tributários decorrentes da confecção dos impressos gráficos supramencionados.

Conforme a justificativa do projeto, a “ausência de indicação precisa na legislação que rege a tributação de produtos e serviços gerados pela indústria gráfica vem fazendo com que o ICMS (Imposto Sobre Circulação de Mercadorias e Serviços) e o ISS (Imposto Sobre Serviços) acabem sendo, em alguns casos, cobrados simultaneamente sobre uma mesma operação. O tratamento tributário duvidoso a que há muitos anos são submetidas às indústrias gráficas tem gerado insegurança para o setor”. Ademais, “Em 13/04/2011, o Plenário do Supremo Tribunal Federal (STF), em decisão unânime, suspendeu a eficácia do subitem 13.05 da lista anexa à Lei Complementar (LC) 116/2003, por entender que incide ICMS (Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços) sobre o trabalho gráfico na fabricação e circulação de embalagens, e não o ISS (Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza). Porém, é fato que a questão não se resume à confecção do produto ‘embalagem’, atingindo também outros produtos confeccionados à pela indústria gráfica, destinados a posterior operação de comercialização ou industrialização, ainda que incorporados, de qualquer forma, a outra mercadoria que deva ser objeto de posterior circulação, tais como bulas, rótulos, etiquetas, manuais técnicos e de instrução. Assim, ... o que se pretende com o presente projeto é colocar na Lei 13.701, de 24 de dezembro de 2003, do Município de São Paulo, o que já é tida como a interpretação mais acertada e cristalizada pelos anos de prática e mais recentemente pela decisão unânime do STF, dando, por conseguinte a necessária segurança jurídica à relação Fisco-Contribuinte - na Cidade de São Paulo - evitando novos transtornos”.

Quanto aos aspectos atinentes a esta Comissão, o entendimento é que a matéria reveste-se de interesse público, eis que, conforme a justificativa da propositura, há necessidade da alteração a fim de restabelecer a segurança jurídica, condição absolutamente necessária para as relações entre o Fisco Municipal e os contribuintes. Ademais, as despesas de sua execução serão cobertas por dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

Favorável, portanto, é o parecer. Contudo, apresentamos o seguinte substitutivo, encaminhado por representantes da Associação Brasileira da Indústria Gráfica - ABIGRAF e do Sindicato das Indústrias Gráficas no Estado de São Paulo - SINDIGRAF, conforme discussões havidas na segunda audiência pública realizada sobre o projeto:

SUBSTITUTIVO Nº

AO PROJETO DE LEI Nº 85/2012

Altera a Lei 13.701, de 24 de dezembro de 2003, e dá outras providências.

A CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO decreta:

Art. 1º Fica alterado o item 13.04 do art. 1º da Lei 13.701, de 24 de dezembro de 2003, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1º ...

Comissão de Finanças e Orçamento
Resumo dos Projetos na Pauta da 9ª Reunião Ordinária de 2015

Data da Reunião: 22/04/2015 - Horário: 11:00 horas
Local: Auditório Prestes Maia - 1º andar

...
13.04 - Composição gráfica, inclusive confecção de impressos gráficos, fotocomposição, clichêria, zincografia, litografia, fotolitografia, exceto se destinados a posterior operação de comercialização ou industrialização, ainda que incorporados, de qualquer forma, a outra mercadoria que deva ser objeto de posterior circulação, tais como bulas, rótulos, etiquetas, caixas, cartuchos, embalagens e manuais técnicos e de instrução, quando ficarão sujeitos ao ICMS.
..."

Art. 2º Vedada a restituição das quantias recolhidas a este título, ficam remetidos os créditos do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS decorrentes de confecção de impressos gráficos destinados a posterior operação de comercialização ou industrialização, ainda que incorporados, de qualquer forma, a outra mercadoria que deva ser objeto de posterior circulação.

Art. 3º As despesas decorrentes da execução desta lei correrão por conta das dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

Art. 4º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala da Comissão de Finanças e Orçamento, em

5) PL 88/2013	Ver. JAIR TATTO (PT)	Votação			
DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO DO BILHETE ÚNICO TURÍSTICO.			Favor	Contra	Abst.
Relator: Ver. MILTON LEITE (DEMOCRATAS)		Ver. ABOU ANNI (PV)	.	.	.
Parecer: FAVORAVEL COM SUBSTITUTIVO		Ver. ADILSON AMADEU (PTB)	.	.	.
		Ver. AURELIO NOMURA (PSDB)	.	.	.
		Ver. JAIR TATTO (PT)	.	.	.
		Ver. JOSÉ POLICE NETO (PSD)	.	.	.
		Ver. MILTON LEITE (DEMOCRATAS)	.	.	.
		Ver. OTA (PROS)	.	.	.
		Ver. PAULO FIORILO (PT)	.	.	.
		Ver. RICARDO NUNES (PMDB)	.	.	.

Obs: Prazo de vistas vencido na Comissão.

ASSUNTO: dispõe sobre a criação do Bilhete Único Turístico no Município de São Paulo.

O projeto prevê que a empresa São Paulo Transporte - SPTRANS – fornecerá o Bilhete Único personalizado aos turistas que utilizarão do Sistema de Transporte Coletivo Urbano da Cidade de São Paulo.

O interessado deverá cadastrar-se junto à SPTRANS, mediante preenchimento de formulário eletrônico com o número de documento que comprove o turismo pela Cidade (Passaporte, Tickets de Viagem, Voucher); em seguida dirigir-se a um posto de atendimento ao Turista ou àqueles informados pela SPTRANS para prosseguir o cadastramento e retirada do Bilhete; ficando o mesmo ciente do pagamento para emissão do seu Bilhete Único e da tarifa diferenciada a ser estipulado pela São Paulo Transportes, por um número irrestrito de viagens durante o período que estiver na Cidade e da obrigatoriedade da apresentação de documento oficial de identificação e documento que comprove sua passagem pela Cidade durante a vigência do bilhete mencionado.

Determina que a SPTRANS deverá fornecer ao usuário, imediatamente, a partir do preenchimento do formulário eletrônico e da apresentação dos documentos exigidos, o Bilhete Único Turístico, com

validade de 90 (noventa) dias.

Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa: pela legalidade (fls. 66 e 67).

Comissão de Administração Pública: favorável, com apresentação de substitutivo “objetivando inserir termo na parte inicial do art. 2º (inseriu o adjetivo *Turístico* ao termo *Bilhete Único*) a e adequar termo constante da parte inicial do art. 3º do projeto” (idem caso anterior). (fls. 68 e 70)

Comissão de Trânsito, Transporte, Atividade Econômica, Turismo, Lazer e Gastronomia: favorável, nos termos do substitutivo da Comissão de Administração Pública. (fls. 71 e 72)

Análise do Projeto pela Consultoria Técnica de Economia e Orçamento:

O presente projeto acarretará aumento de despesa para a SPTrans com o desenvolvimento da nova modalidade de bilhetes, e pode ou não causar impactos relevantes que dependerão do **modelo de negócio**, do **valor da tarifa diferenciada**, e da **demand do produto**. Como o projeto deixa a cargo da própria empresa determinar esses fatores, não existem razões que evidenciem renúncia de receitas. O único ponto que vincula a ação da SPTrans é a validade do bilhete (90 dias); consideramos que também esse prazo deveria ser fixado pela empresa.

Não consta dos autos do processo a(s) estimativa/demonstração/medidas de compensação/premissas e metodologia de cálculo/comprovação exigida(s) pelos artigos 16 e 17 da Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar 101/2000).

Elaboração: Thiago de Carvalho Alves - Consultor Técnico Legislativo - Economia

Revisão: Gilberto Rodrigues Hashimoto - Consultor Técnico Legislativo – Economia

PARECER Nº
PROJETO DE LEI Nº 88/2013

DA COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO SOBRE O

O presente projeto de lei, de autoria do nobre Vereador Jair Tatto, visa dispor sobre a criação do Bilhete Único Turístico, no Município da Cidade de São Paulo.

A propositura prevê que a empresa São Paulo Transporte - SPTrans fornecerá o Bilhete Único personalizado aos turistas que utilizarão o Sistema de Transporte Coletivo Urbano da Cidade de São Paulo.

O interessado deverá cadastrar-se junto à SPTrans, mediante preenchimento de formulário eletrônico com o número de documento que comprove o turismo pela Cidade (passaporte, tickets de viagem, voucher). Em seguida, a pessoa deverá se dirigir a um posto de atendimento ao Turista ou àqueles informados pela SPTrans para prosseguir o cadastramento e retirada do Bilhete, ficando ciente do pagamento para emissão do seu Bilhete Único e da tarifa diferenciada a ser estipulado pela SPTrans, por um número irrestrito de viagens durante o período que estiver na Cidade, e da obrigatoriedade da apresentação de documento oficial de identificação e documento que comprove sua passagem pela Cidade durante a vigência do bilhete mencionado.

Determina ainda o projeto que a SPTrans deverá fornecer ao usuário, imediatamente, a partir do preenchimento do formulário eletrônico e da apresentação dos documentos exigidos, o Bilhete Único Turístico, com validade de 90 (noventa) dias.

A douta Comissão de Administração Pública exarou parecer favorável, com apresentação de substitutivo objetivando adequar o termo “Bilhete Único Turístico” nos artigos que se fizeram necessários.

Quanto ao aspecto financeiro, nada há a opor à propositura, visto que as despesas de sua execução serão cobertas por dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário. Contudo, no tocante à validade do bilhete, consideramos que o prazo deveria ser definido pela SPTrans que, poderia, inclusive, emitir bilhetes com prazos diferenciados.

Comissão de Finanças e Orçamento
Resumo dos Projetos na Pauta da 9ª Reunião Ordinária de 2015

Data da Reunião: 22/04/2015 - Horário: 11:00 horas
Local: Auditório Prestes Maia - 1º andar

Favorável, portanto, ao substitutivo da douta Comissão de Administração Pública é o parecer, com apresentação de novo substitutivo alterando o art. 5º no que se refere ao prazo de validade do Bilhete, deixando a definição desse período para definição pela SPTrans.

SUBSTITUTIVO Nº

AO PROJETO DE LEI Nº 88/2013

Dispõe sobre a criação do Bilhete Único Turístico.

A CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO decreta:

Art. 1º Fica criado o Bilhete Único Turístico no Município de São Paulo.

Art. 2º A Empresa São Paulo Transporte - SPTrans fornecerá o Bilhete Único Turístico personalizado aos turistas que utilizarem o Sistema de Transporte Coletivo Urbano da Cidade de São Paulo, nas suas recreações pela Cidade.

Art. 3º Para obtenção do Bilhete Único Turístico, os interessados deverão cadastrar-se junto à SPTrans, mediante preenchimento de formulário eletrônico com o número de documento que comprove o turismo pela Cidade (passaporte, tickets de viagem, voucher), dirigindo-se posteriormente a um posto de atendimento ao turista ou àqueles informados pela SPTrans, indicados para prosseguir o cadastramento e retirada do Bilhete.

Art. 4º A SPTrans fornecerá ao usuário, imediatamente a partir do preenchimento do formulário eletrônico e da apresentação dos documentos exigidos, o Bilhete Único Turístico.

Art. 5º Os prazos de validade do Bilhete Único Turístico poderão ser diferenciados e serão definidos pela SPTrans.

Art. 6º Fica o turista que utilizará o sistema municipal de transporte ciente do pagamento para emissão do seu Bilhete Único Turístico e das tarifas diferenciadas a serem estipuladas pela SPTrans, por um número irrestrito de viagens durante o período referente ao Bilhete.

Parágrafo único. Todo turista deverá apresentar documento oficial de identificação e documento que comprove sua passagem pela Cidade, durante o cadastro junto a SPTrans.

Art. 7º Esta lei deverá ser regulamentada no prazo de 90 (noventa) dias a contar de sua publicação.

Art. 8º As despesas com a execução desta lei correrão por conta de dotações orçamentária próprias, suplementadas se necessário.

Art. 9º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Sala da Comissão de Finanças e Orçamento, em

6) PL 97/2014		Ver. JULIANA CARDOSO (PT)			Votação			
DISPÕE SOBRE A DENOMINAÇÃO DO SERVIÇO DE ASSISTÊNCIA ESPECIALIZADA - SAE VILA PRUDENTE. (FICA DENOMINADA O SERVIÇO DE ASSISTÊNCIA ESPECIALIZADA SHIRLEI MARIOTTI GOMES COELHO, O SAE LOCALIZADO NA PRAÇA CENTENÁRIO, Nº 108, CEP: 03132-050)		Relator: Ver. MILTON LEITE (DEMOCRATAS)				Favor	Contra	Abst.
					Ver. ABOU ANNI (PV)	.	.	.
					Ver. ADILSON AMADEU (PTB)	.	.	.
					Ver. AURELIO NOMURA (PSDB)	.	.	.
					Ver. JAIR TATTO (PT)	.	.	.
					Ver. JOSÉ POLICE NETO (PSD)	.	.	.
					Ver. MILTON LEITE (DEMOCRATAS)	.	.	.
					Ver. OTA (PROS)	.	.	.
					Ver. PAULO FIORILO (PT)	.	.	.
					Ver. RICARDO NUNES (PMDB)	.	.	.
Parecer: FAVORÁVEL AO SUBSTITUTIVO DA COMISSÃO DE JUSTIÇA								

Comissão de Finanças e Orçamento
Resumo dos Projetos na Pauta da 9ª Reunião Ordinária de 2015

Data da Reunião: 22/04/2015 - Horário: 11:00 horas
Local: Auditório Prestes Maia - 1º andar

Obs: Prazo de vistas vencido na Comissão.

ASSUNTO: denomina Serviço de Assistência Especializada Shirlei Mariotti Gomes Coelho, o SAE localizado na Praça Centenário, nº 108, CEP 03132-050, Distrito da Vila Pudente.

Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa: solicitou quesitos ao executivo para obter informações sobre o próprio municipal em questão (fl. 33) com resposta às fls. 35 a 46.

A comissão exarou parecer pela legalidade com apresentação de substitutivo (fls. 47/48), visando atender às sugestões do Executivo quanto à melhor nomenclatura do referido SAE (fls. 43/44). O substitutivo altera o nome sugerido para "SAE Vila Prudente – Shirlei Mariotti Gomes Coelho".

Comissão de Educação, Cultura e Esportes: favorável ao substitutivo da Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa (fl. 49).

Análise do Projeto pela Consultoria Técnica de Economia e Orçamento:

O presente projeto, se aprovado, implicará em despesas, em tese, normalmente previstas.

Elaboração: Sidney Richard Sylvestre - Consultor Técnico Legislativo – Economista

Revisão: Regina Eiko Kimachi – Consultora Técnica Legislativa – Economista

PARECER Nº DA COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO SOBRE O PROJETO DE LEI Nº 97/2014

O presente projeto de lei, de autoria da nobre Vereadora Juliana Cardoso, visa denominar Serviço de Assistência Especializada Shirlei Mariotti Gomes Coelho, o SAE localizado na Praça Centenário, nº 108, CEP 03132-050, Distrito da Vila Pudente.

A douta Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa exarou parecer pela legalidade com apresentação de substitutivo, visando atender às sugestões do Executivo quanto à melhor nomenclatura do referido próprio municipal.

Quanto ao aspecto financeiro, nada há a opor à propositura, visto que as despesas de sua execução serão cobertas por dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

Favorável, portanto, é o parecer, nos termos do substitutivo apresentado pela Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa.

Sala da Comissão de Finanças e Orçamento, em

7) PDL 42/2014		MESA DA CAMARA MUNICIPAL DE SAO PAULO			Votação			
						Favor	Contra	Abst.
DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DAS HONRARIAS 'MEDALHA RESPONSABILIDADE SOCIOAMBIENTAL' E 'DIPLOMA DE GRATIDÃO' À FUNDAÇÃO SOS MATA ATLÂNTICA, À POLÍCIA MILITAR AMBIENTAL DO ESTADO DE SÃO PAULO E A DRA. CONSUELO YATSUDA MOROMIZATO YOSHIDA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.					Ver. ABOU ANNI (PV)	-	-	-
					Ver. ADILSON AMADEU (PTB)	-	-	-
					Ver. AURELIO NOMURA (PSDB)	-	-	-
					Ver. JAIR TATTO (PT)	-	-	-
					Ver. JOSÉ POLICE NETO (PSD)	-	-	-
					Ver. MILTON LEITE (DEMOCRATAS)	-	-	-
					Ver. OTA (PROS)	-	-	-
					Ver. PAULO FIORILO (PT)	-	-	-
					Ver. RICARDO NUNES (PMDB)	-	-	-
Relator: Ver. ADILSON AMADEU (PTB)								
Parecer: FAVORAVEL								

Comissão de Finanças e Orçamento
Resumo dos Projetos na Pauta da 9ª Reunião Ordinária de 2015

Data da Reunião: 22/04/2015 - Horário: 11:00 horas
Local: Auditório Prestes Maia - 1º andar

Obs: Prazo de vistas vencido na Comissão.

ASSUNTO: concede as honrarias Medalha Responsabilidade Socioambiental e Diploma de Gratidão à Fundação SOS Mata Atlântica, à Polícia Militar Ambiental do Estado de São Paulo e à Dra. Consuelo Yatsuda Moromizato Yoshida. Ainda de acordo com a propositura, a entrega das honrarias será efetuada em Sessão Solene a ser convocada pelo Presidente da Câmara Municipal de São Paulo.

Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa: pela legalidade (fl. 34).

Comissão de Educação, Cultura e Esportes: parecer favorável (fls. 35-36).

Análise do Projeto pela Consultoria Técnica de Economia e Orçamento:

Despesas, em tese, normalmente previstas.

Elaboração: Adriano Nunes Borges - Consultor Técnico Legislativo - Economista

Revisão: Gilberto Rodrigues Hashimoto - Consultor Técnico Legislativo - Economista

PARECER Nº DA COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO SOBRE O PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 42/2014

O presente projeto de decreto legislativo, de autoria da egrégia Mesa da Câmara Municipal de São Paulo, visa conceder as honrarias Medalha Responsabilidade Socioambiental e Diploma de Gratidão à Fundação SOS Mata Atlântica, à Polícia Militar Ambiental do Estado de São Paulo e à Dra. Consuelo Yatsuda Moromizato Yoshida. Ainda de acordo com a propositura, a entrega das honrarias será efetuada em Sessão Solene a ser convocada pelo Presidente da Câmara Municipal de São Paulo.

Quanto ao aspecto financeiro, nada há a opor à propositura, visto que as despesas de sua execução serão cobertas por dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

Favorável, portanto, é o parecer.

Sala da Comissão de Finanças e Orçamento, em

8) PDL 66/2014	Ver. TONINHO VESPOLI (PSOL)	Votação			
CONCEDE O TÍTULO DE CIDADÃO PAULISTANO POST MORTEM AO FREI TITO DE ALENCAR.			Favor	Contra	Abst.
		Ver. ABOU ANNI (PV)	-	-	-
Relator: Ver. MILTON LEITE (DEMOCRATAS)		Ver. ADILSON AMADEU (PTB)	-	-	-
		Ver. AURELIO NOMURA (PSDB)	-	-	-
Parecer: FAVORAVEL		Ver. JAIR TATTO (PT)	-	-	-
		Ver. JOSÉ POLICE NETO (PSD)	-	-	-
		Ver. MILTON LEITE (DEMOCRATAS)	-	-	-
		Ver. OTA (PROS)	-	-	-
		Ver. PAULO FIORILO (PT)	-	-	-
		Ver. RICARDO NUNES (PMDB)	-	-	-

Obs: Prazo de vistas vencido na Comissão.

ASSUNTO: concede o Título de Cidadão Paulistano *post mortem* ao Frei Tito de Alencar.

Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa: pela legalidade (fl. 16).

Comissão de Educação, Cultura e Esportes: parecer favorável (fl. 17).

Comissão de Finanças e Orçamento:

Comissão de Finanças e Orçamento
Resumo dos Projetos na Pauta da 9ª Reunião Ordinária de 2015

Data da Reunião: 22/04/2015 - Horário: 11:00 horas
Local: Auditório Prestes Maia - 1º andar

Análise do Projeto pela Consultoria Técnica de Economia e Orçamento:

Despesas normalmente previstas.

Elaboração: Sidney Richard Sylvestre - Consultor Técnico Legislativo – Economista

Revisão: Bruno Nunes Medeiro - Consultor Técnico Legislativo – Economista

PARECER Nº **DA COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO SOBRE O**
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 66/2014

O presente projeto de decreto legislativo, de autoria do nobre Vereador Toninho Vespoli, visa conceder o Título de Cidadão Paulistano *post mortem* ao Frei Tito de Alencar.

Quanto ao aspecto financeiro, nada há a opor à propositura, visto que as despesas de sua execução serão cobertas por dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

Favorável, portanto, é o parecer.

Sala da Comissão de Finanças e Orçamento, em

9) PR 7/2014	Ver. ABOU ANNI (PV)	Votação			
ALTERA A RESOLUÇÃO Nº 10 DE 21 DE AGOSTO DE 2001, PARA POSSIBILITAR A PARTICIPAÇÃO DE ALUNOS DO ENSINO MÉDIO NO PARLAMENTO JOVEM, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.			Favor	Contra	Abst.
	Ver. ABOU ANNI (PV)	-	-	-	-
	Ver. ADILSON AMADEU (PTB)	-	-	-	-
	Ver. AURELIO NOMURA (PSDB)	-	-	-	-
	Ver. JAIR TATTO (PT)	-	-	-	-
	Ver. JOSÉ POLICE NETO (PSD)	-	-	-	-
	Ver. MILTON LEITE (DEMOCRATAS)	-	-	-	-
	Ver. OTA (PROS)	-	-	-	-
Relator: Ver. OTA (PROS)					
Parecer: FAVORÁVEL AO SUBSTITUTIVO DA COM. DE ADM. PÚBLICA	Ver. OTA (PROS)	-	-	-	-
	Ver. PAULO FIORILO (PT)	-	-	-	-
	Ver. RICARDO NUNES (PMDB)	-	-	-	-

Obs: Prazo de vistas vencido na Comissão.

ASSUNTO: altera a Resolução nº 10 de 21 de agosto de 2001, para possibilitar a participação de alunos do ensino médio no Parlamento Jovem, assim o § 2º do artigo 2º da Resolução nº. 10 de 21 de agosto de 2001, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 2º (...)

§ 2º O Parlamento Jovem do Município de São Paulo será constituído por estudantes de 5a a 9a séries do ensino fundamental, bem como por alunos do ensino médio, devidamente matriculados, em idade própria." Segundo justificativa do autor, "esta iniciativa se faz presente em razão da sugestão de uma munícipe genitora de estudante que conta com 12 (doze) anos de idade e está regularmente matriculado no 1º ano do ensino médio por ser alto habilitado, contudo não pôde ser inscrito no Parlamento Jovem porque o texto da Resolução 10/2001 prevê a atividade, tão só, aos educandos de 5º a 8º séries do ensino fundamental."

Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa: pela legalidade (fl. 18)

Comissão de Administração Pública: favorável, com apresentação de substitutivo "objetivando adequar o projeto às novas regras exaradas pela LDB 9394/96 - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional" (fls. 19 e 20). O § 2º passa a ter a seguinte redação:

“§ 2º O Parlamento Jovem do Município de São Paulo será constituído por estudantes do 6º ao 9º ano do Ensino Fundamental, bem como por alunos do Ensino Médio, devidamente matriculados, em idade própria.”

Comissão de Educação, Cultura e Esportes: favorável, nos termos do substitutivo da Comissão de Administração Pública (fls. 25 e 26).

Análise do Projeto pela Consultoria Técnica de Economia e Orçamento:

Despesas, em tese, normalmente previstas.

Elaboração: Thiago de Carvalho Alves - Consultor Técnico Legislativo - Economia

Revisão: Gilberto Rodrigues Hashimoto - Consultor Técnico Legislativo - Economia

PARECER Nº DA COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO SOBRE O PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 7/2014

O presente projeto de resolução, de autoria do nobre Vereador Abou Anni, visa alterar a Resolução nº 10, de 21 de agosto de 2001, para possibilitar a participação de alunos do ensino médio no Parlamento Jovem.

Segundo justificativa do autor, “esta iniciativa se faz presente em razão da sugestão de uma munícipe genitora de estudante que conta com 12 (doze) anos de idade e está regularmente matriculado no 1º ano do ensino médio por ser alto habilidoso, contudo não pôde ser inscrito no Parlamento Jovem porque o texto da Resolução 10/2001 prevê a atividade, tão só, aos educandos de 5º a 8º séries do ensino fundamental.”

A douta Comissão de Administração Pública apresentou substitutivo “objetivando adequar o projeto às novas regras exaradas pela LDB 9394/96 - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional”.

Quanto ao aspecto financeiro, nada há a opor à propositura, visto que as despesas de sua execução serão cobertas por dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

Favorável, portanto, é o parecer, nos termos do mencionado substitutivo da Comissão de Administração Pública.

Sala da Comissão de Finanças e Orçamento, em

Projetos de Deliberação das Comissões

10) PL 574/2011 Ver. ANIBAL DE FREITAS FILHO (PSDB)		Votação			
DETERMINA A FIXAÇÃO DE PLACA DE ORIENTAÇÃO AO CONSUMO SUSTENTÁVEL NOS ESTABELECIMENTOS DE ENSINO PÚBLICO E PRIVADO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. Relator: Ver. OTA (PROS) Parecer: FAVORÁVEL AO SUBSTITUTIVO DA COMISSÃO DE JUSTIÇA			Favor	Contra	Abst.
		Ver. ABOU ANNI (PV)	.	.	.
		Ver. ADILSON AMADEU (PTB)	.	.	.
		Ver. AURELIO NOMURA (PSDB)	.	.	.
		Ver. JAIR TATTO (PT)	.	.	.
		Ver. JOSÉ POLICE NETO (PSD)	.	.	.
		Ver. MILTON LEITE (DEMOCRATAS)	.	.	.
		Ver. OTA (PROS)	.	.	.
		Ver. PAULO FIORILO (PT)	.	.	.

Comissão de Finanças e Orçamento
Resumo dos Projetos na Pauta da 9ª Reunião Ordinária de 2015

Data da Reunião: 22/04/2015 - Horário: 11:00 horas
Local: Auditório Prestes Maia - 1º andar

	Ver. RICARDO NUNES (PMDB)			

Obs: Prazo de vistas vencido na Comissão.

ASSUNTO: determina a fixação de placa de orientação ao consumo sustentável nos estabelecimentos de ensino público e privado.

A propositura estabelece que todos os estabelecimentos de ensino regular do Município de São Paulo, privados ou públicos, deverão fixar junto às lixeiras ou qualquer local destinado à dispensa de resíduos sólidos, em local visível, de forma destacada e legível, placa com a divulgação da mensagem educacional sobre as boas práticas ecológicas, voltadas à sustentabilidade, na seguinte forma:

“SUSTENTABILIDADE É
REDUZIR
REUTILIZAR
RECICLAR”

Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa: Pela legalidade (fls. 29/32), na forma de substitutivo, “... cuja intenção é adequar o texto aos ditames da Lei de Responsabilidade Fiscal, esclarecendo que a instalação das placas na rede pública municipal de ensino dar-se-á gradativamente, de forma que a periodicidade seja adequada pelo Executivo ao orçamento disponível” (fl. 30).

Comissão de Política Urbana, Metropolitana e Meio Ambiente: realizou 2 audiências públicas (fls. 33/41 – menção à fl. 34 – e fls. 42/50 – menção à fl. 47) sem oradores inscritos em ambas ocasiões. A Comissão exarou parecer favorável, nos termos do substitutivo da Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa (fls. 51/52).

Comissão de Educação, Cultura e Esportes: favorável ao substitutivo da Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa (fl. 53).

Análise do Projeto pela Consultoria Técnica de Economia e Orçamento:

Nos termos do substitutivo da Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa, a propositura gerará despesas, em tese, normalmente previstas.

Elaboração: Sidney Richard Sylvestre - Consultor Técnico Legislativo – Economista

Revisão: Thiago de Carvalho Alves - Consultor Técnico Legislativo – Economista

PARECER Nº DA COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO SOBRE O PROJETO DE LEI Nº 574/2011

O presente projeto de lei, de autoria do nobre Vereador Aníbal de Freitas, visa determinar a fixação de placa de orientação ao consumo sustentável nos estabelecimentos de ensino público e privado.

A propositura estabelece que todos os estabelecimentos de ensino regular do Município de São Paulo, privados ou públicos, deverão fixar junto às lixeiras ou qualquer local destinado à dispensa de

Comissão de Finanças e Orçamento
Resumo dos Projetos na Pauta da 9ª Reunião Ordinária de 2015

Data da Reunião: 22/04/2015 - Horário: 11:00 horas
Local: Auditório Prestes Maia - 1º andar

resíduos sólidos, em local visível, de forma destacada e legível, placa com a divulgação da mensagem educacional sobre as boas práticas ecológicas, voltadas à sustentabilidade, na seguinte forma:

“SUSTENTABILIDADE É
REDUZIR
REUTILIZAR
RECICLAR”

A douta Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa apresentou substitutivo “... cuja intenção é adequar o texto aos ditames da Lei de Responsabilidade Fiscal, esclarecendo que a instalação das placas na rede pública municipal de ensino dar-se-á gradativamente, de forma que a periodicidade seja adequada pelo Executivo ao orçamento disponível”.

Quanto ao aspecto financeiro, nada há a opor à propositura, visto que as despesas de sua execução serão cobertas por dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

Favorável, portanto, é o parecer, nos termos do mencionado substitutivo da Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa.

Sala da Comissão de Finanças e Orçamento, em

11) PL 513/2013 Ver. EDUARDO TUMA (PSDB)		Votação			
DISPÕE SOBRE O TEMPO MÁXIMO DE ESPERA PARA ATENDIMENTO DOS CONSUMIDORES NOS CAIXAS DE SUPERMERCADOS, HIPERMERCADOS INSTALADOS NO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. Relator: Ver. ABOU ANNI (PV) Parecer: FAVORÁVEL AO SUBSTITUTIVO DA COMISSÃO DE JUSTIÇA			Favor	Contra	Abst.
		Ver. ABOU ANNI (PV)	.	.	.
		Ver. ADILSON AMADEU (PTB)	.	.	.
		Ver. AURELIO NOMURA (PSDB)	.	.	.
		Ver. JAIR TATTO (PT)	.	.	.
		Ver. JOSÉ POLICE NETO (PSD)	.	.	.
		Ver. MILTON LEITE (DEMOCRATAS)	.	.	.
		Ver. OTA (PROS)	.	.	.
		Ver. PAULO FIORILO (PT)	.	.	.
		Ver. RICARDO NUNES (PMDB)	.	.	.

Obs: Prazo de vistas vencido na Comissão.

ASSUNTO: o projeto obriga os mercados, supermercados e hipermercados, inclusive lojas de conveniência, instalados no Município de São Paulo a prestar, em seus caixas, atendimento dentro do tempo máximo de espera de até 20 (vinte) minutos. Para efeito do controle de tempo de espera até o atendimento dos caixas, os estabelecimentos fornecerão bilhetes ou senhas onde constarão impressos os horários de início da espera e o atendimento nos caixas.

Determina ainda que será obrigatória a afixação de placas informativas nos locais abrangidos por esta lei, em local visível e de fácil leitura, contendo o número da lei, seu autor e os seguintes dizeres: “O tempo máximo de espera dos consumidores, nos caixas deste estabelecimento, não poderá ultrapassar 20 (vinte) minutos.” Estabelece ainda cláusula de multa no caso de não cumprimento e reincidência.

Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa: apresentou substitutivo “para fixar o valor da multa em reais, tendo em vista a extinção da UFM em 01/01/96, e também para adequar o projeto à melhor técnica de elaboração legislativa” (fls. 11 a 14).

Comissão de Trânsito, Transporte, Atividade Econômica, Turismo, Lazer e Gastronomia: favorável ao substitutivo apresentado pela Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa (fls. 15 e 16).

Comissão de Finanças e Orçamento
Resumo dos Projetos na Pauta da 9ª Reunião Ordinária de 2015

Data da Reunião: 22/04/2015 - Horário: 11:00 horas
Local: Auditório Prestes Maia - 1º andar

Análise do Projeto pela Consultoria Técnica de Economia e Orçamento:

Caso aprovado, o projeto implica despesa obrigatória de caráter continuado referente à fiscalização do cumprimento da norma. Sugere-se o envio de quesitos ao Executivo.

Tendo em vista o impacto financeiro sobre o custo dos estabelecimentos que terão que, eventualmente, contratar mais pessoal e instalar sistemas para fornecimento de senhas, sugerimos a realização de audiência pública para ouvir os representantes do setor.

Não consta dos autos do processo a(s) estimativa/demonstração/medidas de compensação/premissas e metodologia de cálculo/comprovação exigida(s) pelos artigos 16 e 17 da Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar 101/2000).

Elaboração: Bruno Nunes Medeiro - Consultor Técnico Legislativo - Economista

Revisão: Regina Eiko Kimachi – Consultora Técnica Legislativa - Economista

PARECER Nº **DA COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO SOBRE O**
PROJETO DE LEI Nº 513/2013

O presente projeto de lei, de autoria do nobre Vereador Eduardo Tuma, visa obrigar os mercados, supermercados e hipermercados, inclusive lojas de conveniência, instalados no Município de São Paulo a prestar, em seus caixas, atendimento dentro do tempo máximo de espera de até 20 (vinte) minutos. Para efeito do controle de tempo de espera até o atendimento dos caixas, os estabelecimentos fornecerão bilhetes ou senhas onde constarão impressos os horários de início da espera e o atendimento nos caixas.

Determina ainda que será obrigatória a afixação de placas informativas nos locais abrangidos por esta propositura, em local visível e de fácil leitura, contendo o número da lei, seu autor e os seguintes dizeres: “O tempo máximo de espera dos consumidores, nos caixas deste estabelecimento, não poderá ultrapassar 20 (vinte) minutos.” Estabelece ainda cláusula de multa aos infratores.

A douta Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa apresentou substitutivo “para fixar o valor da multa em reais, tendo em vista a extinção da UFM em 01/01/96, e também para adequar o projeto à melhor técnica de elaboração legislativa”.

Quanto ao aspecto financeiro, nada há a opor à propositura, visto que as despesas de sua execução serão cobertas por dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

Favorável, portanto, é o parecer, nos termos do substitutivo apresentado pela Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa.

Sala da Comissão de Finanças e Orçamento, em

12) PL 658/2013 Ver. AURÉLIO MIGUEL (PR)		Votação			
DISPÕE SOBRE A DENOMINAÇÃO DE ESPAÇO LIVRE, LOCALIZADO NA ALTURA DO NÚMERO 651 DA AV. FRANCISCO MONTE'ALVERNE, COMO PRAÇA HELENA MÂCRI, DISTRITO DE RAPOSO TAVARES-BUTANTÃ. Relator: Ver. MILTON LEITE (DEMOCRATAS) Parecer: FAVORÁVEL AO SUBSTITUTIVO DA COMISSÃO DE JUSTIÇA			Favor	Contra	Abst.
		Ver. ABOU ANNI (PV)	-	-	-
		Ver. ADILSON AMADEU (PTB)	-	-	-
		Ver. AURELIO NOMURA (PSDB)	-	-	-
		Ver. JAIR TATTO (PT)	-	-	-
		Ver. JOSÉ POLICE NETO (PSD)	-	-	-
		Ver. MILTON LEITE (DEMOCRATAS)	-	-	-
		Ver. OTA (PROS)	-	-	-
		Ver. PAULO FIORILO (PT)	-	-	-
		Ver. RICARDO NUNES (PMDB)	-	-	-

Obs: Prazo de vistas vencido na Comissão.

Comissão de Finanças e Orçamento
Resumo dos Projetos na Pauta da 9ª Reunião Ordinária de 2015

Data da Reunião: 22/04/2015 - Horário: 11:00 horas
Local: Auditório Prestes Maia - 1º andar

ASSUNTO: denomina Praça Helena Mâcri, o espaço livre, delimitado pela Av. Francisco Mont'alverne e pela Rua Severino Ribeiro, no Distrito de Raposo Tavares, Subprefeitura do Butantã.

Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa: foram feitos quesitos ao Executivo para obter informações sobre o logradouro em questão (fl. 33), com resposta às fls. 36/39.

A Comissão exarou parecer pela legalidade com apresentação de substitutivo "a fim de adequar a presente proposta à melhor técnica de elaboração legislativa, bem como para atender a proposta enviada pelo Executivo às fls. 39 que sugere a inclusão de dados para a caracterização correta do logradouro" (fls. 42/43).

Comissão de Política Urbana, Metropolitana e Meio Ambiente: favorável ao substitutivo apresentado pela Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa (fl. 44).

Comissão de Educação, Cultura e Esportes: favorável ao substitutivo apresentado pela Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa (fl. 45).

Análise do Projeto pela Consultoria Técnica de Economia e Orçamento:

O presente projeto, se aprovado, implicará gastos, em tese, já orçados.

Elaboração: Bruno Nunes Medeiro - Consultor Técnico Legislativo - Economista

Revisão: Alexandre Henrique Cardoso - Consultor Técnico Legislativo - Economista

**PARECER Nº DA COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO SOBRE
O PROJETO DE LEI Nº 658/2013**

O presente projeto de lei, de autoria do nobre Vereador Aurélio Miguel, visa denominar Praça Helena Mâcri, o espaço livre, delimitado pela Av. Francisco Mont'alverne e pela Rua Severino Ribeiro, no Distrito de Raposo Tavares, Subprefeitura do Butantã.

A douta Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa exarou parecer pela legalidade com apresentação de substitutivo "a fim de adequar a presente proposta à melhor técnica de elaboração legislativa, bem como para atender a proposta enviada pelo Executivo às fls. 39 que sugere a inclusão de dados para a caracterização correta do logradouro".

Quanto ao aspecto financeiro, nada há a opor à propositura, visto que as despesas de sua execução serão cobertas por dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

Favorável, portanto, é o parecer, nos termos do substitutivo apresentado pela Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa.

Sala da Comissão de Finanças e Orçamento, em

13) PL 735/2013 Ver. NELO RODOLFO (PMDB)		Votação			
DENOMINA-SE PRAÇA JOSÉ FELIX DA COSTA O ESPAÇO PÚBLICO SEM DENOMINAÇÃO NO BAIRRO DE SANTANA-SP, SUBPREFEITURA SANTANA/TUCURUVI. (SITUADO NO CANTEIRO CENTRAL DA AVENIDA BRÁS LEME, NA ALTURA DO Nº 2355)			Favor	Contra	Abst.
		Ver. ABOU ANNI (PV)	.	.	.
		Ver. ADILSON AMADEU (PTB)	.	.	.
		Ver. AURELIO NOMURA (PSDB)	.	.	.
		Ver. JAIR TATTO (PT)	.	.	.
		Ver. JOSÉ POLICE NETO (PSD)	.	.	.
		Ver. MILTON LEITE (DEMOCRATAS)	.	.	.
		Ver. OTA (PROS)	.	.	.
		Ver. PAULO FIORILO (PT)	.	.	.
		Ver. RICARDO NUNES (PMDB)	.	.	.
Relator: Ver. ADILSON AMADEU (PTB)					
Parecer: FAVORÁVEL AO SUBSTITUTIVO DA COM. POLÍTICA URBANA					

Comissão de Finanças e Orçamento
Resumo dos Projetos na Pauta da 9ª Reunião Ordinária de 2015

Data da Reunião: 22/04/2015 - Horário: 11:00 horas
Local: Auditório Prestes Maia - 1º andar

Obs: Prazo de vistas vencido na Comissão.

ASSUNTO: denomina Praça José Felix da Costa o espaço público sem denominação no bairro de Santana, situado no canteiro central da Avenida Brás Leme, que se inicia na confluência da Rua Dr. César e termina no retorno subsequente da mesma Avenida, Setor 73, Quadras 266 e 267, localizado no Distrito de Santana, Subprefeitura Santana/Tucuruvi.

Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa: foram feitos quesitos ao Executivo para obter informações sobre o logradouro em questão (fl. 30), com resposta às fls. 33/38.

Parecer pela legalidade (fls. 39/40), com apresentação de substitutivo "(...) ante as informações prestadas pelo Executivo às folhas 38 dos autos" (fls. 39).

Comissão de Política Urbana, Metropolitana e Meio Ambiente: favorável com apresentação de substitutivo, "com o intuito de aprimorar a proposição, diante da recomendação do Executivo, de fl. 37, no sentido de especificar melhor o início e o fim do logradouro" (fls. 41/42).

Comissão de Educação, Cultura e Esportes: favorável, nos termos do substitutivo apresentado pela Comissão de Política Urbana, Metropolitana e Meio Ambiente (fl. 43).

Análise do Projeto pela Consultoria Técnica de Economia e Orçamento:

Despesas, em tese, normalmente previstas.

Elaboração: Bruno Nunes Medeiro - Consultor Técnico Legislativo - Economista

Revisão: Gilberto Rodrigues Hashimoto - Consultor Técnico Legislativo - Economista

PARECER Nº **DA COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO SOBRE**
O PROJETO DE LEI Nº 735/2013

O presente projeto de lei, de autoria do nobre Vereador Nelo Rodolfo, visa denominar Praça José Felix da Costa o espaço público sem denominação no bairro de Santana, situado no canteiro central da Avenida Brás Leme, que se inicia na confluência da Rua Dr. César e termina no retorno subsequente da mesma Avenida, Setor 73, Quadras 266 e 267, localizado no Distrito de Santana, Subprefeitura Santana/Tucuruvi.

A douta Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa apresentou substitutivo ante as informações prestadas pelo Executivo.

A colenda Comissão de Política Urbana, Metropolitana e Meio Ambiente igualmente ofereceu substitutivo, com o intuito de aprimorar a proposição, diante da recomendação do Executivo no sentido de especificar melhor o início e o fim do logradouro.

Quanto ao aspecto financeiro, nada há a opor à propositura, visto que as despesas de sua execução serão cobertas por dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

Favorável, portanto, é o parecer, nos termos do substitutivo apresentado pela Comissão de Política Urbana, Metropolitana e Meio Ambiente.

Sala da Comissão de Finanças e Orçamento, em

Comissão de Finanças e Orçamento
Resumo dos Projetos na Pauta da 9ª Reunião Ordinária de 2015

Data da Reunião: 22/04/2015 - Horário: 11:00 horas
Local: Auditório Prestes Maia - 1º andar

14) PL 34/2014	Ver. GOULART (PSD)	Votação			
DENOMINA "PRAÇA MARCOS PLONKA", O LOGRADOURO PÚBLICO INOMINADO, LOCALIZADO NA CONFLUÊNCIAS DAS RUAS VIEIRA DE MORAES E PASCAL, BAIRRO CAMPO BELO.			Favor	Contra	Abst.
		Ver. ABOU ANNI (PV)	.	.	.
		Ver. ADILSON AMADEU (PTB)	.	.	.
		Ver. AURELIO NOMURA (PSDB)	.	.	.
		Ver. JAIR TATTO (PT)	.	.	.
Relator: Ver. PAULO FIORILO (PT)		Ver. JOSÉ POLICE NETO (PSD)	.	.	.
		Ver. MILTON LEITE (DEMOCRATAS)	.	.	.
Parecer: FAVORÁVEL AO SUBSTITUTIVO DA COMISSÃO DE JUSTIÇA		Ver. OTA (PROS)	.	.	.
		Ver. PAULO FIORILO (PT)	.	.	.
		Ver. RICARDO NUNES (PMDB)	.	.	.

Obs: Prazo de vistas vencido na Comissão.

ASSUNTO: denomina Praça Marcos Plonka o logradouro público uninominal, localizado na confluência das ruas Vieira de Moraes e Pascal (setor 86 – quadra 262), localizado no Distrito do Campo Belo, Subprefeitura de Santo Amaro.

Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa: foram feitos quesitos ao Executivo para obter informações sobre o logradouro em questão (fl. 46), com resposta às fls. 48 a 50.

A comissão exarou parecer pela legalidade com apresentação de substitutivo, “o qual visa unicamente ajustar a descrição do logradouro, nos termos propostos pelo Executivo” (fls.51/52).

Comissão de Política Urbana, Metropolitana e Meio Ambiente: favorável ao substitutivo apresentado pela Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa (fl. 53).

Comissão de Educação, Cultura e Esportes: favorável ao substitutivo apresentado pela Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa (fl. 54).

Análise do Projeto pela Consultoria Técnica de Economia e Orçamento:

O presente projeto, se aprovado, implicará gastos, em tese, já orçados.

Elaboração: Bruno Nunes Medeiro - Consultor Técnico Legislativo - Economista

Revisão: Adriano Nunes Borges - Consultor Técnico Legislativo - Economista

PARECER Nº **DA COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO SOBRE**
O PROJETO DE LEI Nº 34/2014

O presente projeto de lei, de autoria do nobre Vereador Goulart, visa denominar Praça Marcos Plonka o logradouro público uninominal, localizado na confluência das ruas Vieira de Moraes e Pascal (setor 86 – quadra 262), localizado no Distrito do Campo Belo, Subprefeitura de Santo Amaro.

A douda Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa exarou parecer pela legalidade com apresentação de substitutivo, “o qual visa unicamente ajustar a descrição do logradouro, nos termos propostos pelo Executivo”.

Quanto ao aspecto financeiro, nada há a opor à propositura, visto que as despesas de sua execução serão cobertas por dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

Favorável, portanto, é o parecer, nos termos do substitutivo apresentado pela Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa.

Sala da Comissão de Finanças e Orçamento, em

Comissão de Finanças e Orçamento
Resumo dos Projetos na Pauta da 9ª Reunião Ordinária de 2015

Data da Reunião: 22/04/2015 - Horário: 11:00 horas
Local: Auditório Prestes Maia - 1º andar

15) PL 77/2014	Ver. NABIL BONDUKI (PT); Ver. NATALINI (PV); Ver. RICARDO YOUNG (PPS)	Votação			
			Favor	Contra	Abst.
INCLUI NO CALENDÁRIO OFICIAL DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO, A SEMANA MUNICIPAL DA AGROECOLOGIA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.		Ver. ABOU ANNI (PV)	.	.	.
		Ver. ADILSON AMADEU (PTB)	.	.	.
		Ver. AURELIO NOMURA (PSDB)	.	.	.
		Ver. JAIR TATTO (PT)	.	.	.
		Ver. JOSÉ POLICE NETO (PSD)	.	.	.
		Ver. MILTON LEITE (DEMOCRATAS)	.	.	.
		Ver. OTA (PROS)	.	.	.
		Ver. PAULO FIORILO (PT)	.	.	.
Relator: Ver. ADILSON AMADEU (PTB)		Ver. RICARDO NUNES (PMDB)	.	.	.
Parecer: FAVORÁVEL AO SUBSTITUTIVO DA COMISSÃO DE JUSTIÇA					

Obs: Prazo de vistas vencido na Comissão

ASSUNTO: acresce inciso ao artigo 7º da Lei nº 14.485, de 19 de julho de 2007, que consolida a legislação municipal referente a datas comemorativas, eventos e feriados do Município de São Paulo, de modo a incluir no calendário oficial do município de São Paulo a Semana Municipal da Agroecologia a ser comemorada anualmente na última semana do mês de maio.

Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa: pela legalidade (fls. 8/9), com apresentação de substitutivo a “título de aperfeiçoamento do Projeto de Lei proposto, adaptando-o às regras de técnica legislativa elencadas na Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998” (fls. 8).

Comissão de Educação, Cultura e Esportes: favorável (fls. 10).

Análise do Projeto pela Consultoria Técnica de Economia e Orçamento:

Despesas, em tese, normalmente previstas.

Elaboração: Sidney Richard Sylvestre - Consultor Técnico Legislativo – Economista

Revisão: Thiago de Carvalho Alves - Consultor Técnico Legislativo – Economista

PARECER Nº DA COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO SOBRE O PROJETO DE LEI Nº 77/2014

O presente projeto de lei, de autoria dos nobres Vereadores Nabil Bonduki, Gilberto Natalini e Ricardo Young, visa incluir no Calendário Oficial do Município de São Paulo a Semana Municipal da Agroecologia, a ser comemorada, anualmente, na última semana do mês de maio.

A douta Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa apresentou substitutivo a “título de aperfeiçoamento do Projeto de Lei proposto, adaptando-o às regras de técnica legislativa elencadas na Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998”.

Quanto ao aspecto financeiro, nada há a opor à propositura, visto que as despesas de sua execução serão cobertas por dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

Favorável, portanto, é o parecer, nos termos do mencionado substitutivo da Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa.

Sala da Comissão de Finanças e Orçamento, em

Comissão de Finanças e Orçamento
Resumo dos Projetos na Pauta da 9ª Reunião Ordinária de 2015

Data da Reunião: 22/04/2015 - Horário: 11:00 horas
Local: Auditório Prestes Maia - 1º andar

16) PL 99/2014 ALTERA A LEI Nº 14.485, DE 19 DE JULHO DE 2007, PARA INCLUIR NO CALENDÁRIO DA CIDADE DE SÃO PAULO, O DIA DO MORRO GRANDE A SER COMEMORADO ANUALMENTE NO DIA 11 DE AGOSTO, DIA DE SANTA CLARA DE ASSIS, PADROEIRA DO MORRO GRANDE, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.	Ver. ORLANDO SILVA (PC DO B); Ver. ARI FRIEDENBACH (PROS)	Votação			
			Favor	Contra	Abst.
		Ver. ABOU ANNI (PV)	.	.	.
		Ver. ADILSON AMADEU (PTB)	.	.	.
		Ver. AURELIO NOMURA (PSDB)	.	.	.
		Ver. JAIR TATTO (PT)	.	.	.
		Ver. JOSÉ POLICE NETO (PSD)	.	.	.
		Ver. MILTON LEITE (DEMOCRATAS)	.	.	.
		Ver. OTA (PROS)	.	.	.
		Ver. PAULO FIORILO (PT)	.	.	.
Relator: Ver. OTA (PROS)		Ver. RICARDO NUNES (PMDB)	.	.	.
Parecer: FAVORAVEL COM SUBSTITUTIVO					

Obs: Prazo de vistas vencido na Comissão.

ASSUNTO: altera a Lei nº 14.485, de 19 de julho de 2007, que consolida a legislação municipal referente a datas comemorativas, eventos e feriados do Município de São Paulo, para incluir no Calendário de Eventos da Cidade de São Paulo o Dia do Morro Grande, a ser comemorado anualmente no dia 11 de agosto, dia de Santa Clara de Assis, padroeira do Morro Grande.

Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa: pela legalidade com apresentação de substitutivo a fim de “adequar o projeto à técnica legislativa prevista na Lei Complementar nº 95/98”. (fls. 09/10).

Comissão de Educação, Cultura e Esportes: favorável ao substitutivo da Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa (fl. 11).

Análise do Projeto pela Consultoria Técnica de Economia e Orçamento:

A presente propositura, se aprovada, terá suas despesas, em tese, já previstas.

Elaboração: Adriano Nunes Borges - Consultor Técnico Legislativo - Economista

Revisão: Regina Eiko Kimachi – Consultora Técnica Legislativa – Economista

PARECER Nº DA COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO SOBRE O PROJETO DE LEI Nº 99/2014

O presente projeto de lei, de autoria dos nobres Vereadores Orlando Silva e Ari Friedenbach, visa alterar a Lei nº 14.485, de 19 de julho de 2007, que consolida a legislação municipal referente a datas comemorativas, eventos e feriados do Município de São Paulo, para incluir no Calendário de Eventos da Cidade de São Paulo o Dia do Morro Grande, a ser comemorado anualmente no dia 11 de agosto, dia de Santa Clara de Assis, padroeira do Morro Grande.

A Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa exarou parecer pela legalidade com apresentação de substitutivo a fim de “adequar o projeto à técnica legislativa prevista na Lei Complementar nº 95/98”.

Quanto ao aspecto financeiro, nada há a opor à propositura, visto que as despesas de sua execução serão cobertas por dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

Favorável, portanto, é o parecer. Contudo, tendo em vista a constatação de erro material consistente na remissão equivocada ao inciso CLXXIII do art. 7º, quando o correto seria a remissão ao inciso CLVIII, eis que este contempla o dia 11 de agosto, data em que se pretende instituir o Dia do Morro Grande, sugerimos o Substitutivo que segue:

SUBSTITUTIVO Nº DA COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO AO PROJETO DE

Comissão de Finanças e Orçamento
Resumo dos Projetos na Pauta da 9ª Reunião Ordinária de 2015

Data da Reunião: 22/04/2015 - Horário: 11:00 horas
Local: Auditório Prestes Maia - 1º andar

LEI Nº 99/2014

Altera a Lei nº 14.485, de 19 de julho de 2007, para incluir no Calendário de Eventos da Cidade de São Paulo o Dia do Morro Grande, a ser comemorado anualmente no dia 11 de agosto, dia de Santa Clara de Assis, padroeira do Morro Grande, e dá outras providências.

A Câmara Municipal de São Paulo **D E C R E T A**:

Art. 1º Fica inserida alínea ao inciso CLVIII do art. 7º da Lei nº 14.485, de 19 de julho de 2007, com a seguinte redação:

“Art. 7º ...

CLVIII - ...

dia do Morro Grande” (NR)

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala da Comissão de Finanças e Orçamento, em

17) PL 136/2014	Ver. EDUARDO TUMA (PSDB)	Votação			
FICA CRIADA A SEMANA DE EDUCAÇÃO SOCIOAMBIENTAL NO ÂMBITO DA CIDADE DE SÃO PAULO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.			Favor	Contra	Abst.
		Ver. ABOU ANNI (PV)	.	.	.
		Ver. ADILSON AMADEU (PTB)	.	.	.
		Ver. AURELIO NOMURA (PSDB)	.	.	.
		Ver. JAIR TATTO (PT)	.	.	.
		Ver. JOSÉ POLICE NETO (PSD)	.	.	.
		Ver. MILTON LEITE (DEMOCRATAS)	.	.	.
		Ver. OTA (PROS)	.	.	.
		Ver. PAULO FIORILO (PT)	.	.	.
Relator: Ver. ADILSON AMADEU (PTB)		Ver. RICARDO NUNES (PMDB)	.	.	.
Parecer: FAVORÁVEL AO SUBSTITUTIVO DA COMISSÃO DE JUSTIÇA					

Obs: Prazo de vistas vencido na Comissão.

ASSUNTO: institui, no Município de São Paulo, a Semana de Educação Socioambiental, a ser lembrada, anualmente, na terceira semana do mês de março, em data que passará a constar do Calendário de Eventos da Cidade de São Paulo.

De acordo com a propositura, durante a referida semana o Poder Público Municipal promoverá o evento e fomentará atividades com o intuito de divulgar a conscientização em preservar o meio ambiente, podendo firmar parcerias com entidades privadas para a realização da Semana de Educação Socioambiental.

Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa: pela legalidade, com substitutivo que adapta o projeto às regras de técnica legislativa elencadas na Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998, que dispõe sobre a elaboração, redação, alteração e consolidação das leis, bem como ao princípio constitucional da Separação de Poderes, excluindo previsões que envolvem atribuições ao Poder Executivo (fls. 15-16).

Comissão de Educação, Cultura e Esportes: favorável ao substitutivo da Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa (fls. 17).

Comissão de Finanças e Orçamento
Resumo dos Projetos na Pauta da 9ª Reunião Ordinária de 2015

Data da Reunião: 22/04/2015 - Horário: 11:00 horas
Local: Auditório Prestes Maia - 1º andar

Análise do Projeto pela Consultoria Técnica de Economia e Orçamento:

Na redação sugerida pelo substitutivo da Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa, as despesas implicadas encontram-se, em tese, já previstas.

Elaboração: Adriano Nunes Borges - Consultor Técnico Legislativo - Economista

Revisão: Bruno Nunes Medeiro - Consultor Técnico Legislativo - Economista

PARECER Nº DA COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO SOBRE O PROJETO DE LEI Nº 136/2014

O presente projeto de lei, de autoria do nobre Vereador Eduardo Tuma, visa instituir, no Município de São Paulo, a Semana de Educação Socioambiental, a ser lembrada, anualmente, na terceira semana do mês de março, em data que passará a constar do Calendário Oficial de Datas e Eventos do Município de São Paulo.

De acordo com a propositura, durante a referida semana o Poder Público Municipal promoverá o evento e fomentará atividades com o intuito de divulgar a conscientização em preservar o meio ambiente, podendo firmar parcerias com entidades privadas para a realização da Semana de Educação Socioambiental.

Em seu parecer, a douta Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa apresentou substitutivo que adapta o projeto às regras de técnica legislativa elencadas na Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998 — que dispõe sobre a elaboração, redação, alteração e consolidação das leis —, bem como ao princípio constitucional da Separação de Poderes, excluindo previsões que envolvem atribuições ao Poder Executivo.

Quanto ao aspecto financeiro, nada há a opor à propositura, nos termos do substitutivo mencionado, visto que as despesas de sua execução serão cobertas por dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

Favorável ao substitutivo da Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa, portanto, é o parecer.

Sala da Comissão de Finanças e Orçamento, em

18) PL 182/2014	Ver. PAULO FRANGE (PTB)	Votação			
DENOMINA WILSON CARLOS CINTI, A PRAÇA SITUADA NA RUA FRANCISCO RODRIGUES SECKLER ENTRE OS NÚMEROS 536 E 572, NA VILA TAQUARI, DISTRITO DE ITAQUERA.			Favor	Contra	Abst.
		Ver. ABOU ANNI (PV)	-	-	-
		Ver. ADILSON AMADEU (PTB)	-	-	-
		Ver. AURELIO NOMURA (PSDB)	-	-	-
		Ver. JAIR TATTO (PT)	-	-	-
		Ver. JOSÉ POLICE NETO (PSD)	-	-	-
		Ver. MILTON LEITE (DEMOCRATAS)	-	-	-
		Ver. OTA (PROS)	-	-	-
		Ver. PAULO FIORILO (PT)	-	-	-
		Ver. RICARDO NUNES (PMDB)	-	-	-
Relator: Ver. MILTON LEITE (DEMOCRATAS)					
Parecer: FAVORÁVEL AO SUBSTITUTIVO DA COMISSÃO DE JUSTIÇA					

Obs: Prazo de vistas vencido na Comissão.

ASSUNTO: denomina Wilson Carlos Cinti a praça situada na Rua Francisco Rodrigues Seckler entre os números 536 e 572, na Vila Taquari, distrito de Itaquera.

Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa: solicitou informações ao Executivo (fls. 27), com resposta às fls. 28/36:

- "... Entendemos que o espaço em questão não se caracteriza como praça..." – DIMAP-3 Secretaria de

Comissão de Finanças e Orçamento
Resumo dos Projetos na Pauta da 9ª Reunião Ordinária de 2015

Data da Reunião: 22/04/2015 - Horário: 11:00 horas
Local: Auditório Prestes Maia - 1º andar

Finanças (fls. 30);

- "...concluimos que esta proposição atende ao estabelecido pela Lei nº 14.454, de 27 de junho de 2007" – Núcleo – Denominação de Logradouros Públicos – Supervisão de Pesquisa e Difusão – AHSP/SMC (fls. 31).

Essa Comissão exarou parecer pela **legalidade** (fls. 37/38) apresentando substitutivo "o qual visa unicamente ajustar a descrição do logradouro, nos termos propostos pelo Executivo" (fls. 37).

Comissão de Política Urbana, Metropolitana e Meio Ambiente: favorável na forma do substitutivo aprovado pela Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa (fls. 39).

Comissão de Educação, Cultura e Esportes: favorável ao substitutivo da Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa (fl. 40).

Análise do Projeto pela Consultoria Técnica de Economia e Orçamento:

Despesas, em tese, normalmente previstas.

Elaboração: Gilberto Rodrigues Hashimoto - Consultor Técnico Legislativo – Economista

Revisão: Thiago de Carvalho Alves - Consultor Técnico Legislativo – Economista

PARECER Nº **DA COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO SOBRE O**
PROJETO DE LEI Nº 182/2014

O presente projeto de lei, de autoria do nobre Vereador Paulo Frange, visa denominar Wilson Carlos Cinti a praça situada na Rua Francisco Rodrigues Seckler entre os números 536 e 572, na Vila Taquari, distrito de Itaquera.

A douta Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa apresentou substitutivo "o qual visa unicamente ajustar a descrição do logradouro, nos termos propostos pelo Executivo".

Quanto ao aspecto financeiro, nada há a opor à propositura, visto que as despesas de sua execução serão cobertas por dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

Favorável, portanto, é o parecer, nos termos do mencionado substitutivo da Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa.

Sala da Comissão de Finanças e Orçamento, em

19) PL 224/2014	Ver. ELISEU GABRIEL (PSB)	Votação			
ALTERA A LEI Nº 14.485, DE 19 DE JULHO DE 2007, PARA INCLUIR O "DIA MUNICIPAL DO SHOW NA PRAÇA" A SER COMEMORADA ANUALMENTE, NO 2º DOMINGO DO MÊS DE DEZEMBRO E DECLARA O "SHOW DA PRAÇA" COMO PATRIMÔNIO HISTÓRICO CULTURAL E IMATERIAL DO BAIRRO DA VILA BRASILÂNDIA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.			Favor	Contra	Abst.
		Ver. ABOU ANNI (PV)	-	-	-
		Ver. ADILSON AMADEU (PTB)	-	-	-
		Ver. AURELIO NOMURA (PSDB)	-	-	-
		Ver. JAIR TATTO (PT)	-	-	-
		Ver. JOSÉ POLICE NETO (PSD)	-	-	-
		Ver. MILTON LEITE (DEMOCRATAS)	-	-	-
		Ver. OTA (PROS)	-	-	-
		Ver. PAULO FIORILO (PT)	-	-	-
		Ver. RICARDO NUNES (PMDB)	-	-	-
Relator: Ver. OTA (PROS)					
Parecer: FAVORÁVEL AO SUBSTITUTIVO DA COMISSÃO DE JUSTIÇA					

Obs: Prazo de vistas vencido na Comissão.

ASSUNTO: altera a Lei nº 14.485, de 19 de julho de 2007, para incluir o "Dia Municipal do Show na Praça", a ser comemorado, anualmente, no segundo domingo do mês de dezembro, e declarar o "Show da Praça" como patrimônio histórico cultural e imaterial do bairro da Vila Brasilândia.

Comissão de Finanças e Orçamento
Resumo dos Projetos na Pauta da 9ª Reunião Ordinária de 2015

Data da Reunião: 22/04/2015 - Horário: 11:00 horas
Local: Auditório Prestes Maia - 1º andar

Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa: pela legalidade (fls. 92/94) “na forma do Substitutivo, que extrai do projeto a declaração de patrimônio cultural imaterial e objetiva tão somente acrescentar o evento ao Calendário Oficial de Eventos da Cidade de São Paulo” (fls. 93).

Comissão de Educação, Cultura e Esportes: favorável nos termos do substitutivo da Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa (fls. 95).

Análise do Projeto pela Consultoria Técnica de Economia e Orçamento:

Na forma do substitutivo da Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa, despesas, em tese, normalmente previstas.

Elaboração: Gilberto Rodrigues Hashimoto - Consultor Técnico Legislativo - Economista

Revisão: Bruno Nunes Medeiro - Consultor Técnico Legislativo - Economista

PARECER Nº DA COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO SOBRE O PROJETO DE LEI Nº 224/2014

O presente projeto de lei, de autoria do nobre Vereador Eliseu Gabriel, visa alterar a Lei nº 14.485, de 19 de julho de 2007, para incluir o “Dia Municipal do Show na Praça”, a ser comemorado, anualmente, no 2º domingo do mês de dezembro e declarar o “Show da Praça” como patrimônio histórico cultural e imaterial do bairro da Vila Brasilândia.

A douta Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa apresentou substitutivo “que extrai do projeto a declaração de patrimônio cultural imaterial e objetiva tão somente acrescentar o evento ao Calendário Oficial de Eventos da Cidade de São Paulo”.

Quanto ao aspecto financeiro, nada há a opor à propositura, visto que as despesas de sua execução serão cobertas por dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

Favorável, portanto, é o parecer, nos termos do mencionado substitutivo da Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa.

Sala da Comissão de Finanças e Orçamento, em

20) PL 264/2014	Ver. PR. EDEMILSON CHAVES (PP)	Votação			
DISPÕE SOBRE A ALTERAÇÃO DA LEI 14.485 DE 19 DE JULHO DE 2007, PARA INCLUIR NO CALENDÁRIO MUNICIPAL DE DATAS COMEMORATIVAS, O "DIA DOS PAIS", A SER COMEMORADO, ANUALMENTE, NO SEGUNDO DOMINGO DO MÊS DE AGOSTO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.			Favor	Contra	Abst.
		Ver. ABOU ANNI (PV)	-	-	-
		Ver. ADILSON AMADEU (PTB)	-	-	-
		Ver. AURELIO NOMURA (PSDB)	-	-	-
		Ver. JAIR TATTO (PT)	-	-	-
		Ver. JOSÉ POLICE NETO (PSD)	-	-	-
		Ver. MILTON LEITE (DEMOCRATAS)	-	-	-
		Ver. OTA (PROS)	-	-	-
		Ver. PAULO FIORILO (PT)	-	-	-
Relator: Ver. ADILSON AMADEU (PTB)					
Parecer: FAVORÁVEL AO SUBSTITUTIVO DA COMISSÃO DE JUSTIÇA		Ver. RICARDO NUNES (PMDB)			

Obs: Prazo de vistas vencido na Comissão.

ASSUNTO: altera a Lei 14.485 de 19 de Julho de 2007, que consolida a legislação municipal referente a datas comemorativas, eventos e feriados do Município de São Paulo, para incluir no Calendário de Eventos da Cidade de São Paulo o Dia dos Pais, a ser comemorado, anualmente, no segundo domingo do mês de agosto.

Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa: pela legalidade, com substitutivo que adapta a propositura às regras de técnica legislativa elencadas na Lei Complementar nº 95, de 26 de

fevereiro de 1998, que dispõe sobre a elaboração, redação, alteração e consolidação das leis (fls. 13-14).
Comissão de Educação, Cultura e Esportes: favorável ao substitutivo da Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa (fls. 15).

Análise do Projeto pela Consultoria Técnica de Economia e Orçamento:

As despesas implicadas pelo projeto encontram-se, em tese, já orçadas.

Relatório elaborado por: Adriano Nunes Borges - Consultor Técnico Legislativo – Economista

Relatório revisado por: Bruno Nunes Medeiro - Consultor Técnico Legislativo – Economista

PARECER Nº DA COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO SOBRE O PROJETO DE LEI Nº 264/2014

O presente projeto de lei, de autoria do nobre Vereador Pastor Edemilson Chaves, visa alterar a Lei 14.485, de 19 de Julho de 2007, que consolida a legislação municipal referente a datas comemorativas, eventos e feriados do Município de São Paulo, para incluir no Calendário de Eventos da Cidade de São Paulo o Dia dos Pais, a ser comemorado, anualmente, no segundo domingo do mês de agosto.

Em seu parecer, a douta Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa apresentou substitutivo que adapta a propositura às regras de técnica legislativa elencadas na Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998, que dispõe sobre a elaboração, redação, alteração e consolidação das leis.

Quanto ao aspecto financeiro, nada há a opor ao projeto, nos termos do substitutivo mencionado, visto que as despesas de sua execução serão cobertas por dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

Favorável ao substitutivo da Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa, portanto, é o parecer.

Sala da Comissão de Finanças e Orçamento, em

21) PL 458/2014	Ver. ARSELINO TATTO (PT)	Votação			
ALTERA A LEI Nº 14.485, DE 19 DE JULHO DE 2007, QUE CONSOLIDA A LEGISLAÇÃO MUNICIPAL REFERENTE A DATAS COMEMORATIVAS, EVENTOS E FERIADOS DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO, PARA INCLUIR O EVENTO "GUARAPIRANGA MOTO FEST", A SER COMEMORADO ANUALMENTE, NO MÊS DE SETEMBRO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.			Favor	Contra	Abst.
	Ver. ABOU ANNI (PV)	-	-	-	-
	Ver. ADILSON AMADEU (PTB)	-	-	-	-
	Ver. AURELIO NOMURA (PSDB)	-	-	-	-
	Ver. JAIR TATTO (PT)	-	-	-	-
	Ver. JOSÉ POLICE NETO (PSD)	-	-	-	-
	Ver. MILTON LEITE (DEMOCRATAS)	-	-	-	-
	Ver. OTA (PROS)	-	-	-	-
	Ver. PAULO FIORILO (PT)	-	-	-	-
Relator: Ver. MILTON LEITE (DEMOCRATAS)	Ver. RICARDO NUNES (PMDB)	-	-	-	-
Parecer: FAVORÁVEL AO SUBSTITUTIVO DA COMISSÃO DE JUSTIÇA					

Obs: **ASSUNTO:** altera a Lei nº 14.485, de 19 de julho de 2007, que consolida a legislação municipal referente a datas comemorativas, eventos e feriados do Município de São Paulo, para incluir o evento "Guarapiranga Moto Fest", a ser comemorado, anualmente, no mês de setembro, e dá outras providências.

Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa: pela legalidade (fls. 13/14), com apresentação de substitutivo "a título de aperfeiçoamento do projeto de Lei em análise, adaptando-o às regras de técnica legislativa elencadas na Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998" (fls. 13).

Comissão de Finanças e Orçamento
Resumo dos Projetos na Pauta da 9ª Reunião Ordinária de 2015

Data da Reunião: 22/04/2015 - Horário: 11:00 horas
Local: Auditório Prestes Maia - 1º andar

Comissão de Educação, Cultura e Esportes: favorável ao substitutivo da Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa (fls. 15).

Análise do Projeto pela Consultoria Técnica de Economia e Orçamento:

Despesas, em tese, normalmente previstas.

Elaboração: Gilberto Rodrigues Hashimoto - Consultor Técnico Legislativo - Economia

Revisão: Regina Eiko Kimachi - Consultora Técnica Legislativa - Economia

PARECER Nº **DA COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO SOBRE O**
PROJETO DE LEI Nº 458/2014

O presente projeto de lei, de autoria do nobre Vereador Arselino Tatto, visa alterar a Lei nº 14.485, de 19 de julho de 2007, que consolida a legislação municipal referente a datas comemorativas, eventos e feriados do Município de São Paulo, para incluir o evento "Guarapiranga Moto Fest", a ser comemorado, anualmente, no mês de setembro.

A douta Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa apresentou substitutivo "a título de aperfeiçoamento do projeto de Lei em análise, adaptando-o às regras de técnica legislativa elencadas na Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998".

Quanto ao aspecto financeiro, nada há a opor à propositura, visto que as despesas de sua execução serão cobertas por dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

Favorável, portanto, é o parecer, nos termos do mencionado substitutivo da Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa.

Sala da Comissão de Finanças e Orçamento, em

22) PL 470/2014	Ver. GILSON BARRETO (PSDB); Ver. AURELIO NOMURA (PSDB); Ver. FLORIANO PESARO (PSDB)	Votação			
			Favor	Contra	Abst.
		Ver. ABOU ANNI (PV)	-	-	-
		Ver. ADILSON AMADEU (PTB)	-	-	-
		Ver. AURELIO NOMURA (PSDB)	-	-	-
		Ver. JAIR TATTO (PT)	-	-	-
		Ver. JOSÉ POLICE NETO (PSD)	-	-	-
		Ver. MILTON LEITE (DEMOCRATAS)	-	-	-
		Ver. OTA (PROS)	-	-	-
		Ver. PAULO FIORILO (PT)	-	-	-
ALTERA A LEI Nº 14.485 DE 19 DE JULHO DE 2007 COM A FINALIDADE DE INCLUIR NO CALENDÁRIO OFICIAL DE EVENTOS DA CIDADE DE SÃO PAULO O DIA DA MEDIAÇÃO JUDICIAL, A SER COMEMORADO NO DIA 23 DE SETEMBRO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.	Relator: Ver. PAULO FIORILO (PT)	Ver. RICARDO NUNES (PMDB)	-	-	-
Parecer: FAVORÁVEL AO SUBSTITUTIVO DA COMISSÃO DE JUSTIÇA					

Obs: Prazo de vistas vencido na Comissão.

ASSUNTO: inclui, no Calendário Oficial de Eventos da Cidade de São Paulo, o Dia da Mediação Judicial, a ser comemorado, anualmente, no dia 23 de setembro.

Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa: pela legalidade (fls. 17/18), com substitutivo "a título de aperfeiçoamento do projeto de Lei em análise, adaptando-o às regras de técnica legislativa elencadas na Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998" (fls. 17).

Comissão de Educação, Cultura e Esportes: favorável (fls. 19).

Análise do Projeto pela Consultoria Técnica de Economia e Orçamento:

Despesas, em tese, normalmente previstas.

Comissão de Finanças e Orçamento
Resumo dos Projetos na Pauta da 9ª Reunião Ordinária de 2015

Data da Reunião: 22/04/2015 - Horário: 11:00 horas
Local: Auditório Prestes Maia - 1º andar

Elaboração: Gilberto Rodrigues Hashimoto - Consultor Técnico Legislativo - Economista

Revisão: Regina Eiko Kimachi - Consultora Técnica Legislativa - Economista

PARECER Nº **DA COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO SOBRE O**
PROJETO DE LEI Nº 470/2014

O presente projeto de lei, de autoria dos nobres Vereadores Aurélio Nomura, Floriano Pesaro e Gilson Barreto, visa incluir, no Calendário Oficial de Eventos da Cidade de São Paulo, o Dia da Mediação Judicial, a ser comemorado, anualmente, no dia 23 de setembro.

A douta Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa apresentou substitutivo “a título de aperfeiçoamento do projeto de Lei em análise, adaptando-o às regras de técnica legislativa elencadas na Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998”.

Quanto ao aspecto financeiro, nada há a opor à propositura, visto que as despesas de sua execução serão cobertas por dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

Favorável, portanto, é o parecer, nos termos do mencionado substitutivo da Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa.

Sala da Comissão de Finanças e Orçamento, em

Requerimentos

23) REQ. FIN 22/2015	Ver. AURELIO NOMURA (PSDB)
----------------------	----------------------------

Data do Requerimento: 16/04/2015	
----------------------------------	--

Considerando o teor da reportagem do jornal “Folha de S. Paulo, de 16.04.15, com o título “Moradores vão à Justiça contra hotel para usuário de crack no centro de SP” (doc. em anexo);

Considerando que até 09.09.14 a Secretaria Municipal do Desenvolvimento, Trabalho e Empreendedorismo pagou à ONG União Social Brasil Gigante, o valor de R\$ 4.621.484,00, pela execução do Projeto de Braços Abertos (doc. SOF anexo);

Considerando que neste ano a mesma Pasta empenhou R\$ 4.547.183,00, para Execução do Projeto de Braços Abertos, para +Associação de Desenvolvimento Econômico e Social às Famílias, (doc. SOF anexo).

Requeiro nos termos regimentais, ao Exmo. Senhor Presidente da Comissão de Finanças e Orçamento, que seja oficiado o Secretário Municipal do Desenvolvimento, Trabalho e Empreendedorismo, Excelentíssimo Senhor Artur Henrique, para que envie a esta Comissão as seguintes informações:

1. Cópia do convênio e dos Relatórios Técnicos de acompanhamento do convênio – “Projeto de Braços Abertos” com a Associação de Desenvolvimento Econômico e Social às Famílias.
2. Lista dos equipamentos onde os atendidos estão abrigados, bem como cópia do alvará de funcionamento dos hotéis/hospedarias do Projeto de Braços Abertos.

Comissão de Finanças e Orçamento
Resumo dos Projetos na Pauta da 9ª Reunião Ordinária de 2015

Data da Reunião: 22/04/2015 - Horário: 11:00 horas
 Local: Auditório Prestes Maia - 1º andar

	Votação			
		Favor	Contra	Abst.
	Ver. ABOU ANNI (PV)	-	-	-
	Ver. ADILSON AMADEU (PTB)	-	-	-
	Ver. AURELIO NOMURA (PSDB)	-	-	-
	Ver. JAIR TATTO (PT)	-	-	-
	Ver. JOSÉ POLICE NETO (PSD)	-	-	-
	Ver. MILTON LEITE (DEMOCRATAS)	-	-	-
	Ver. OTA (PROS)	-	-	-
	Ver. PAULO FIORILO (PT)	-	-	-
	Ver. RICARDO NUNES (PMDB)	-	-	-